

Economia solidária: outro caminho é possível?

Palloma Rosa Ferreira¹
Diego Neves de Sousa²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar a trajetória empreendida pela economia solidária no Brasil, lançando olhares sobre a sua gênese e como se apresenta na atualidade, no intuito de perceber quais são as propostas apresentadas por esta forma de organização econômica específica, principalmente no que concerne às categorias economia, de mercado e trabalho, sob a perspectiva da revisão da literatura. Conclui-se que uma “outra economia” é possível, se alicerçada em laços de reciprocidade, ajuda mútua e solidariedade. Além disso, a economia solidária está relacionada a um ‘novo cooperativismo’, com a prevalência da autogestão e do trabalho coletivo, com espaços para um maior florescimento dos princípios cooperativistas, principalmente a concretização da democracia, da solidariedade e da ajuda mútua.

Palavras-chave: Cooperativismo. Autogestão. Princípios cooperativistas. Geração de renda.

Abstract

This article aims to analyze the trajectory undertaken by the solidarity economy in Brazil, casting the glances on its genesis and how they present themselves in the present day, in order to perceive the proposals presented by this specific economic organization, mainly in what concerns the categories: economy, market and work, from the perspective of literature review. It is concluded that an "other economy" is possible if it is based on reciprocity, mutual aid and solidarity. In addition, solidarity economy is related to a 'new cooperativism', with the prevalence of self - management and collective work, with spaces for the greater flowering of cooperative principles, especially the concretization of democracy, solidarity and mutual aid.

Keywords: Cooperativism. Self-management. Cooperative principles. Income generation.

1 Introdução

Para se compreender o universo da economia solidária, faz-se necessário, a partir das redes de relações em que se inserem os indivíduos, aprofundar os aspectos que a perpassam, sejam eles relativos às formas de trabalho, capital social, confiança, solidariedade e dívida presentes nas interações entre indivíduos e que influenciam o funcionamento das organizações e instituições. Essas relações podem ajudar a criar ou reforçar laços sociais.

Desse modo, a fim de se inserir neste debate, recorrer-se-á a fatores históricos e a acontecimentos presentes na trajetória empreendida pela economia solidária no Brasil, lançando o olhar sobre a sua gênese e como se apresenta na atualidade, no intuito de

¹ Doutoranda em Economia Doméstica (UFV). Coordenadora da Associação de Base Tecnológica de Viçosa e Região (ViçosaTec). pallomarf@yahoo.com.br

² Doutorando em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Atua no Setor de Transferência de Tecnologia da Embrapa Pesca e Aquicultura. diegocoop@hotmail.com

perceber quais são as propostas apresentadas por essa forma de organização econômica específica, principalmente no que concerne às categorias economia, mercado e trabalho.

É importante mencionar que o alcance de sua maior visibilidade e o conseqüente ressurgimento desse discurso ocorreram, sobretudo, a partir da década de 1990, e, mais recentemente, com o apoio do Governo Federal, centrado na figura do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, responsável, devido aos seus incentivos, pela criação, em 2003, da Secretaria de Economia Solidária, ligada diretamente ao Ministério do Trabalho e Emprego. O seu ressurgimento pode ter ocorrido como resposta ao agravamento da crise do trabalho, com vistas a potencializar a geração de renda. Mas não somente isso, uma vez que, segundo uma pesquisa empreendida por Fernandes (2007), sua evidente relevância está assentada na capacidade de interlocução com inúmeros movimentos e projeção dos indivíduos e empreendimentos no espaço público.

Há de se advertir, no entanto, que suas raízes advêm de um passado mais longínquo, datado a partir do séc. XVIII, sendo este o contexto da Revolução Industrial. Assiste-se, nessa conjuntura, a inúmeras manifestações de descontentamento entre os trabalhadores da indústria e as populações pobres das cidades. Nessa época, a insatisfação dos trabalhadores com as péssimas condições de vida e de trabalho às quais estavam submetidos provocava a insurreição de constantes levantes, eclodindo, muitas vezes, em revoluções de cunho social, com caráter reivindicativo contra o modo de produção capitalista, sobretudo por serem obrigados a enfrentar intensas jornadas de trabalho, com baixa remuneração, o que não lhes permitia viver dignamente, mostra clara da precarização das relações de trabalho.

Essas revoluções de caráter social impulsionaram, definitivamente, o advento da economia solidária, que, segundo Singer (2002, p. 24), “[...] nasceu um pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”. Assim, o mesmo autor vem demonstrando que a origem da economia solidária é a do “cooperativismo revolucionário”, que introduziu a proposta de uma economia baseada na solidariedade, com atuação diretamente vinculada à crítica operária e socialista ao capitalismo, sendo os representantes máximos os socialistas utópicos, como Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, que, dentre as diversidades de suas propostas e ações, preconizavam a reestruturação das relações em sociedade, para que fossem mais justas.

As críticas realizadas pelos socialistas utópicos sobre as péssimas condições de vida em que se encontrava a massa trabalhadora e a opressão à qual estava exposta, potencializaram o crédito desses pensadores clássicos, para darem continuidade às suas propostas de mudanças, tanto no que diz respeito às relações de trabalho como à melhoria das condições de vida no âmbito do tecido social, o que fez com que suas concepções influenciassem positivamente seus seguidores, que, inspirados pelos seus pressupostos, especialmente pelos ideais owenistas, criaram, em 1844, a Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale (FERREIRA; AMODEO; SOUSA, 2013). Essa organização estava pautada em valores de solidariedade, ajuda mútua, democracia, igualdade, honestidade, transparência, responsabilidade e vocação social, além de ser guiada por princípios que seriam, futuramente, imortalizados como universais do cooperativismo, sofrendo algumas modificações que não afetaram em profundidade os seus ideais.

Neste ponto, Cruz (2006, p. 8) salienta que

Iniciativas econômicas de caráter associativo – nas quais predominava a cooperação e a repartição do conhecimento, do trabalho e do produto do trabalho, e onde a autoridade era respeitada em função de mérito e não em função de posse – foram comuns na história e talvez tenham sido a regra para a maioria das sociedades humanas. Mesmo quando as primeiras sociedades de classes apareceram, por muitos séculos e em todos os continentes, continuou predominando a comuna rural, de caráter tribal, de produção e autoridade coletiva e assembleária. Iniciativas econômicas de caráter associativo em meio ao capitalismo, por outro lado, também é algo tão antigo quanto o próprio capitalismo. Não apenas as experiências de produzir e repartir em comunidade, mas a própria teorização da possibilidade de formas de produção não capitalista – solidária, cristã, socialista e outras denominações – foram inúmeras.

Dessa maneira, é possível notar que o legado deixado pelos pioneiros de Rochdale, pelas suas experiências, foi a base para que outras formas organizativas de mesmo caráter emergissem e se estabelecessem nos mercados, sendo que tais organizações passaram a apresentar, em seu bojo, a busca pelo estabelecimento de uma diferente roupagem do trabalho e da condição do trabalhador.

Isso não significa que a economia solidária promoveu um rompimento com o modo de produção capitalista, mas, sim, que a sua manifestação, no decorrer da história, tem demonstrado que a sua existência se realiza na “barriga do atual sistema” (SINGER, 2002). Assim, Fernandes (2007, p. 2) acrescenta que “[...] não há como negar a existência da dominância de uma institucionalidade capitalista, mas a localizamos em meio à pluralidade que coexiste no tecido social”.

Desse modo, a mesma autora parte da seguinte premissa de que

a economia capitalista ao 'imprimir' suas marcas sobre a sociedade não apaga o que havia se consolidado anteriormente nas relações entre os indivíduos, ao contrário, ao promover o processo de ressignificação dos elementos que participam destas relações, consegue apenas que princípios como solidariedade, reciprocidade e confiança se manifestem de diferentes formas em seu interior, o que ocorre, também, nas dimensões da economia, do mercado e do trabalho (FERNANDES, 2007, p. 15).

Ao se pensar estas três dimensões – economia, mercado e trabalho – é possível observar que o termo economia nem sempre esteve atrelado ao mercado, como se apresenta nos dias de hoje. É o que ressalta Lisboa (2000) ao nos esclarecer que, devido a um monopólio semântico do termo, foram encobertos os seus outros sentidos, levando a crer que toda economia humana só possui sentido se estiver diretamente identificada com sua correspondente forma de mercado, o que fez surgir um falso e dissimulado universalismo do cálculo econômico. Para esse autor, esta já era uma preocupação demonstrada por Aristóteles (1997), ao acreditar que a possível causa da ruína do homem deu-se pela ruptura da condição de equilíbrio da natureza, característica da economia. Esta ruína é provocada na busca pelo supérfluo, que, segundo Aristóteles, contraria o movimento natural de aquisição dos meios necessários à subsistência.

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos encontrar Karl Polanyi, o responsável pela elaboração de um clássico da atualidade: "A Grande Transformação". Nesta obra, Polanyi (2000) critica a proposta de sociedade conduzida por mercados autorregulados. Assim, distingue o comportamento econômico por meio de quatro princípios, sendo eles os da domesticidade, da reciprocidade, da redistribuição e o das trocas ou do mercado. A análise desses princípios é realizada de modo conjunto, pois, para o autor, o espaço de manifestação de cada um não denota a ausência de manifestação dos outros. Por outro lado, ele considera que existe uma interação ininterrupta e de reciprocidade entre o homem e a sociedade, o que leva a entender a principal inferência de seu trabalho, isto é, a de que a atividade econômica do homem estaria submersa em suas relações sociais (FERNANDES, 2007).

Nessa abordagem apresentada por Polanyi (2000), enfatiza-se que o primeiro princípio, o da domesticidade, faz referência à produção destinada ao usufruto do próprio grupo, ou seja, a preocupação gira em torno de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros de uma determinada unidade. Logo, o modelo da domesticidade é o grupo fechado.

O segundo princípio é o da reciprocidade, que, fundada sobre a noção da dádiva, tem como aspecto central as transferências indissociáveis das relações humanas. Verifica-se, dessa maneira, que “[...] a reciprocidade é, por consequência, fundada sobre a dádiva como fato social elementar – a existência da dádiva estando ligada a uma contradádiva” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 32). Portanto, para Polanyi (2000), o que domina essas relações não é necessariamente a propensão à barganha, mas a reciprocidade no comportamento econômico.

O terceiro princípio apresentado na obra de Polanyi (2000) é o da redistribuição, sendo este baseado na centralidade e na divisão do trabalho e de poder. Esse padrão institucional da centralidade, presente de alguma maneira em todos os grupos humanos, constitui-se no mecanismo capaz de conduzir para a realização da coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Esses três princípios descritos até o momento, devido às suas características, formam a esfera não mercantil da economia.

Por último, o quarto princípio apresentado pelo autor: o mercado, que é considerado um lugar de encontro entre oferta e demanda, tanto de bens como de serviços, para fins de troca. O mercado possui a particularidade de funcionar segundo um modelo institucional que lhe é próprio, qual seja: a troca, repousando sobre um equilíbrio entre oferta e demanda. As relações estabelecidas através das trocas são monetárias ou não, podendo assumir as formas de compra e venda, no momento em que a oferta e a demanda se ajustam por meio de um valor expresso numa equivalência geral, sendo este valor designado como “preço”, e o equivalente geral, de “moeda” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Esta última esfera, formada pelas atividades que visam às trocas de mercado, caracteriza-se como a esfera mercantil da economia. Através desses princípios, não se pode, assim, para Polanyi, resumir a economia ao mercado.

Após a passagem, mesmo que um tanto superficial, pelos quatro princípios abordados por Polanyi, é possível visualizar que, nas relações mantidas entre os indivíduos, existe um lugar especial para o florescimento da solidariedade, da reciprocidade e da confiança, que ganham diferentes contornos dependendo da circunstância vivida pelos atores no momento da interação, o que leva o autor a crer, como já mencionado anteriormente, que a economia do homem está submersa em suas relações sociais, o que é corroborado por Granovetter (1985, p. 75) ao afirmar que

os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Em síntese, considerando os argumentos apresentados por Granovetter e Polanyi, existe, e não há como não identificar, a combinação dos interesses econômicos com a análise das relações sociais, ou seja, a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos. É possível perceber, dessa forma, que múltiplas racionalidades - entre elas hábitos, rotinas, confiança e reciprocidade - encontram-se enraizadas na vida econômica, e, assim, a economia começa a perceber, a se dar conta das realidades sociais e aceitar que atos econômicos se explicam por raízes sociais e históricas (GRANOVETTER, 1985).

2 Economia solidária e a presença da dívida nas interações sociais

Ao repensar a organização do tecido social, a economia solidária não busca se posicionar contra o mercado; o trabalho e a economia, porém, têm a pretensão de localizar a ocorrência dessas categorias em situações concretas, historicamente localizadas, o que torna válido seu ímpeto de transformar as relações sociais baseadas na “[...] associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” posto em prática pela economia capitalista (FERNANDES, 2007, p. 4). Desse modo,

o termo ‘economia social’, ou ‘economia solidária’, ou ‘setor independente’, ou ainda ‘terceiro setor’ está associado a um setor que difere tanto do governo, guiado por normas impessoais, como do mercado, guiado pela busca desenfreada do lucro. Emergindo como uma terceira força, pautada na participação e democracia dos seus membros, capaz, portanto, de contrabalançar as forças do mercado e do governo. Qualquer que seja o termo, todos se referem a entidades de natureza não governamental e não lucrativa voltada para o atendimento público (SILVA PIRES, 1999, p. 48).

Indo ao encontro de Silva Pires, Mance (2001) acrescenta que o surgimento da Economia Popular Solidária se deu como resposta alternativa ao confronto que se verifica entre a economia estatizada e o mercado privatizado, sendo que tais iniciativas incorporaram organizações de base, como as ONGs mediadoras, os centros de pesquisa e

universidades, e, em alguns casos, órgãos do Estado. Com efeito, concretiza-se um esforço de organização coletiva em decorrência do acúmulo de mobilização social, que envolve desde representantes da academia, dos trabalhadores, da igreja, até dos sindicatos e demais movimentos sociais, com a participação de ativistas e ex-dirigentes desses movimentos. Isso posto,

pode-se dizer que o que a Economia Solidária traz de original é justamente uma forma particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da Igreja Católica junto a comunidades, as propostas de empresas autogeridas, o cooperativismo, etc. (MOTTA, 2004, p. 4).

Como se pode notar, mesmo com a presença dessa diversidade de organizações iniciadas nos objetivos da economia solidária, sua especificidade pode ser medida através de dois traços, sendo o primeiro apresentado por Vienney (1994), segundo o qual a organização se dá através do agrupamento voluntário: inspirado na referência de um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. O segundo é transmitido por França Filho e Laville (2004), os quais se referem a uma ação comum, que, por estar embasada na igualdade entre os membros, possibilita, dessa forma, o acesso ao espaço público, conferindo aos membros a possibilidade de ser entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional.

Por isso, pode-se dizer que se trata de uma 'outra economia', que, para Fernandes (2007, p. 4), caracteriza-se como um "[...] movimento de fronteiras, traços, marcos, fluidos que atua pela valorização de princípios tradicionais, 'revolucionando' suas formas de inscrição para acompanhar o ritmo da reelaboração da ocorrência da exclusão da sociedade moderna", tendo como princípios a propriedade coletiva - ou associada do capital - e o direito à liberdade individual (gerando uma classe única de trabalhadores). Além disso, podemos falar também de um 'novo cooperativismo', o qual dá proeminência aos princípios, como ênfase à democracia, à solidariedade e à igualdade.

A autogestão é vista como o ideal de democracia econômica e de gestão coletiva, com repúdio completo ao assalariamento, sendo proclamada como uma prática social e política que visa à transformação social de baixo para cima, experimentando e mobilizando a população. Em face disso, salienta-se que a economia solidária se organiza a partir de fatores humanos, valorizando os laços sociais, a reciprocidade e as formas comunitárias de propriedade, na tentativa de articular o social, o econômico e o político (FERNANDES, 2007).

Outro ponto importante referente a essa economia, relaciona-se à busca de interpretações desse fenômeno ao mesmo tempo econômico e social, especialmente por estudiosos pertencentes às ciências sociais. Polanyi acentua este fato, ao sustentar que a grande transformação conhecida pelas economias ocidentais nos anos 30 reside, utilizando suas próprias palavras, na reimbricação da economia com o social, através da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado – providência, hoje, em crise (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Dentro desse contexto, podemos aproveitar as reflexões realizadas por França Filho e Dzimira (1999), ao comentarem a recente visibilidade de determinados fenômenos organizacionais marcados pela presença da solidariedade, que, como foi mencionado anteriormente, têm ocasionado muitas interrogações, no âmbito das ciências humanas e sociais, na busca por compreendê-los.

Estes fenômenos parecem atravessados por lógicas que enviam a certas categorias habitualmente opostas nesta área do conhecimento: mercado, estado, dádiva, interesse, gratuidade e desinteresse; liberdade e obrigação. De fato, são experiências sociais, sob formas organizacionais em certos casos inéditas, o que indica, para alguns, a expressão de novos movimentos sociais, para outros, uma renovação das formas cooperativas e associativas de organização do trabalho. De uma forma ou de outra, tal tendência tem sido salientada por muitos autores como o embrião da formação de uma economia que, para muitos, em diferentes países – e em que pesem as diferenças contextuais -, pode ser denominada economia solidária (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999, p. 136-137).

Convém trazer para a luz do debate as considerações realizadas por Caillé (2002), notadamente no que diz respeito ao conceito de economia social. Refere-se àquela economia que encontra na associação a possibilidade de dispor do tempo individual na edificação de uma proposta coletiva. Assim, ao identificá-la como um espaço onde está viva a reciprocidade, considera que haja um alcance de maior amplitude do paradigma da dádiva. Portanto, para esse autor, “[...] a dádiva constitui um requisito essencial para a formação da associação e [que] a ampliação das formas associativas de convivência constitui um requisito da democracia” (CAILLÉ, 2002, p. 202). Do mesmo modo, para Caillé (2002, p. 191), a ideia que associa a dádiva às formas organizativas de associação baseia-se na seguinte perspectiva: “[...] entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa”.

Segundo Marcel Mauss, a dádiva produz alianças, tanto

as alianças matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade) (CAILLÉ, 1998, p. 2).

A partir disso, acredita que a dádiva é o que nos une aos outros, sendo que é através dela que as esferas sociais se organizam. Assim, a dádiva não está pautada só em dar, mas em receber e retribuir, criando, por isso, um vínculo. É possível observar, desta maneira, que está assentada no tripé doar-receber-retribuir. Nesta relação, o retribuir geralmente é maior, criando uma desigualdade, pois, como bem demonstra Godelier, uma devolução não anula uma dívida, apenas cria outra, ou seja, todos devem sempre algo a alguém.

Observando a análise de Mauss (1974) quanto ao dar-receber-retribuir nas sociedades arcaicas, percebe-se uma relação simétrica entre as pessoas e a criação de obrigações. A obrigação de retribuir, dentro de uma comunidade, possui uma circularidade necessária para a manutenção da harmonia entre as pessoas nessas comunidades. Com isso, a reciprocidade se mantém na dádiva enquanto existe uma obrigação entre as pessoas, é um acordo que está institucionalizado, não se constitui uma obrigação formal.

Segundo Mauss (1974), nessas sociedades, os bens são distribuídos de três formas: através da reciprocidade, da redistribuição e do intercâmbio. Em todas essas formas, estão presentes relações de poder, de parentesco, de prestígio, de dom e de reciprocidade - uma vez que o doador está no objeto doado; assim, de certa maneira, um pouco da própria pessoa vai junto com o bem - e tem por finalidade evitar desigualdades, criar aliados, vínculos mútuos e elos de confiança.

Deve-se enfatizar, todavia, que as reflexões de Mauss não se limitaram às sociedades primitivas, visto a importante contribuição de sua obra para pensarmos a sociedade atual. Isto pode ser verificado na obra de Godbout (1999) o "Espírito da Dádiva", quando acrescenta que, por mais que estejamos imersos em uma sociedade capitalista, onde estão presentes relações mercadológicas, com ênfase no individualismo, ainda se conservam princípios que conduzem à dádiva na sociedade. Portanto, mesmo no mercado, os vínculos relativos à reciprocidade não são meramente econômicos, existem laços morais e sociais que movem as ações humanas. Neste sentido, para Godbout (1999), o raciocínio utilitarista não nos permite visualizar o tipo de relação existente entre os indivíduos, a coletividade.

Diante dessas considerações, é pertinente assinalar que os princípios presentes na economia solidária conduzem à ocorrência de circuitos de dádivas, uma vez que nessas relações entre os indivíduos é possível observar a solidificação dos vínculos e o surgimento de outros novos. Desse modo, as relações nesta economia não estão pautadas exclusivamente em trocas mercantis, sendo que se pode verificar um constante dar-receber-retribuir entre os indivíduos em diversas situações.

3 Economia solidária e a formação de redes

É possível verificar que a economia solidária possui uma diversidade de experiências, representadas por diferentes segmentos sociais – agricultura familiar, micronegócios, associações de trabalhadores para produção ou prestação de serviços, etc. - constituindo empreendimentos econômicos que têm por objetivo proporcionar essencialmente a geração de emprego e renda, tendo tais empreendimentos características fundamentais, como autogestão, reciprocidade, solidariedade, cooperação e gestão democrática.

Assim, as pessoas associadas entre si necessitam assumir a gestão do empreendimento em todas as suas etapas, uma vez que são atividades econômicas que se baseiam no trabalho coletivo, na autogestão e na sustentabilidade. Nota-se, dessa forma, que os empreendimentos de economia solidária não são iniciativas isoladas, ao contrário, têm se organizado em fóruns e redes em níveis municipal, estadual e nacional.

Através das redes, os atores engajados no âmbito da economia solidária podem se inserir em circuitos de colaboração e de apoio mútuo. Deve-se enfatizar, todavia, que muitas dessas redes já se originaram naturalmente, devido aos vínculos oriundos das relações mantidas entre os indivíduos, as instituições e organizações que se encontram envolvidas com essa economia. Mas é preciso salientar que existem fortes movimentos de fomento à entrada de novos atores, os quais venham compor essas redes já estruturadas, mantendo, ou dando, em determinados momentos, diferentes contornos a essas estruturas. Assim, verifica-se, também, que, com a amplitude que a economia solidária tem alcançando nas duas últimas décadas, é potencial a possibilidade de conformação de novas redes, devido aos vínculos originados pelos diversos atores, os quais passam a se identificar com essa nova economia.

Verifica-se, dessa forma, que a análise de redes tem sido utilizada por muitos pesquisadores, para iluminar inúmeros fenômenos do mundo social, abrangendo tanto os seus aspectos políticos e econômicos como o de estruturas sociais (CAMPOS, 2006). Granovetter (1985) propõe uma reestruturação do conceito de *embeddedness*, no intuito de dar lugar central à noção de redes de relações sociais pessoais, sejam elas horizontais, ou verticais; fortes, ou fracas; ou, também, elo entre agência e estrutura.

Ao se referir aos laços fortes e fracos, Granovetter considera os primeiros como aqueles nos quais os indivíduos gastam mais tempo, intensidade emocional e trocas. Os segundos são entendidos como aqueles nos quais o investimento é menor, ou nulo. Esse mesmo autor aprofunda a análise, enfatizando que as relações fracas são as variáveis importantes para a expansão e força das redes, sendo que, através dos laços fracos, os indivíduos podem atingir um maior número de pessoas sem que haja perda de confiança. Desse modo, faz referência à noção de rede como “[...] um conjunto de atores (ou nós, pontos ou agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações)”, conforme pontuam Marteleto e Silva (2004, p. 43).

Neste sentido, Marques (1999, p. 2) enfatiza que “[...] podemos imaginar a rede como composta por várias ‘camadas’, cada qual associada a um tipo de relação e a um dado período de tempo. Todas elas encontram-se em constante interação e transformação”.

Nota-se que, ao se pensar sobre redes de relações sociais, é possível observar em seu bojo a emergência de aspectos relativos à confiança e capital social. Fukuyama (1996, p. 41) define confiança como sendo: “[...]a expectativa que emerge de uma comunidade, de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseada em normas comumente compartilhadas”. A par da sua definição de confiança, Fukuyama (1996) define o capital social como sendo

uma capacidade que decorre da prevalência de confiança em uma sociedade ou em certas partes desta sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos demais grupos intermediários (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Na percepção de Marteleto e Silva (2004), o nível de confiança entre os indivíduos está diretamente vinculado ao capital social cognitivo e à influência realizada pela ação coletiva do grupo. Desse modo, o capital social é definido, por esses mesmos autores, como

“[...] as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelos menos, dois indivíduos” (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 44). O que os leva a crer que é evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, sendo este conferido como um recurso das comunidades, construído pelas redes de relações que aí se manifestam.

Desse modo, ressalta-se que, através da economia solidária, é possível visualizar uma nova proposta de configuração das relações socioeconômicas do tecido social, sendo a conformação de redes uma proposta promissora para a consolidação de tais relações. Assim, através da cooperação, da ajuda mútua, essas organizações sociais têm como uma de suas prioridades ser instrumentos de melhoria das condições de vida dos atores sociais, buscando impulsionar o aumento da qualidade de vida das comunidades, o que se reflete, devido aos laços construídos, em maiores níveis de confiança entre os indivíduos e na solidificação do capital social nas comunidades, sendo estes empreendimentos de economia solidária um veículo potencial nesse sentido.

3.1 Breves experiências de economia solidária no Brasil

A formação de cooperativas ocorre quando estas assumem indústrias que entram em processo falimentar, ou pedem concordata. É neste cenário que a economia solidária surge com grande ímpeto no Brasil, mais ou menos por volta da década de 1980, combinados dois elementos essenciais para o deslanche dessa nova economia: a adoção dos princípios cooperativos e da autogestão, provavelmente como resposta à grande crise ocorrida por volta de 1980/90, considerada por muitos como a “década perdida”, com graves implicações sobre o mercado de trabalho, momento em que muitas indústrias, inclusive aquelas que possuíam grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar. Verifica-se, nesta época, então, a constituição de cooperativas que viriam assumir as estruturas dessas indústrias (SINGER, 2002).

Estas experiências procuram impulsionar a mudança de posição destes trabalhadores que assumem esses empreendimentos, ou seja, passam da condição de assalariados a sócios, com plenos direitos de participação nas decisões. Cita-se como uma experiência

pioneira de economia solidária no Brasil a da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag).

Outra experiência de economia solidária que tem citada é a autogestão por meio da reforma agrária do Movimento dos Sem Terra (MST). Não foi de uma hora para outra que o MST levantou sua bandeira a favor da economia solidária; algumas experiências negativas relacionadas às organizações cooperativas, principalmente às agroindústrias, provocaram um distanciamento dessa forma de organização. Somente a partir de 1989 é que surgem as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), o primeiro passo para que outras iniciativas surgissem no MST, sendo que é a partir dos anos de 1991 e 1992 que a política do MST em relação aos seus assentamentos se consolida, uma vez que se cria o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Este sistema, segundo Singer (2002, p. 106),

pretende abranger todos os assentamentos, inclusive os individuais. Através dele, o MST procura dar aos assentamentos uma estruturação democrática, em que a economia solidária possa avançar na medida em que mais e mais assentados percebam que a cooperação vale a pena e oferece menos riscos que a atividade individual isolada.

Assim, visualiza-se, mesmo que lentamente, uma discussão em favor do cooperativismo, apresentando algumas características do que hoje conhecemos como economia solidária.

4 Considerações finais

No título do artigo em questão, uma indagação é realizada: “Economia solidária: outro caminho é possível? Essa indagação permeou toda a construção do trabalho, pois, a cada comentário colocado no corpo do texto, cuja apresentação baseou-se numa revisão da literatura, movia-se a expectativa de que essa pergunta pudesse ter uma resposta determinada, até mesmo precisa. Todavia, na diversidade de opiniões acerca da economia solidária, alguns autores acreditam tratar-se da configuração de uma “outra economia”, alicerçada em laços de reciprocidade, ajuda mútua e solidariedade. Verificou-se, também, a presença de um ‘novo cooperativismo’, com a prevalência da autogestão e do trabalho coletivo, com espaços para um maior florescimento dos princípios cooperativistas principalmente de concretização da democracia, da solidariedade e da ajuda mútua. Já

outros teóricos fazem referência à emergência de um terceiro setor como resposta alternativa ao confronto que se verifica entre a economia estatizada e o mercado privatizado, pautado na participação e democracia dos seus membros.

Assim, mesmo com diferentes concepções apresentadas pelos autores, é possível visualizar, conforme as reflexões realizadas no decorrer do trabalho, que outro caminho pode, sim, ser possível, o que, de certa forma, é demonstrado pelos autores aqui apresentados, implícita ou explicitamente.

Há de se considerar ainda as suas limitações, pois muitas pessoas que congregam esses empreendimentos de economia solidária advêm de uma realidade de pauperização, devido, principalmente, à exclusão do mercado de trabalho, o que dificulta, por falta de recursos dos associados para realizarem suas atividades, a continuidade de participação nesses empreendimentos e a sua permanência no mercado. Outro fator que se constitui num obstáculo para a maior ascensão dessa economia está relacionado à cultura do assalariamento, fazendo com que muitos associados não se percebam como os verdadeiros donos do empreendimento, assumindo ainda uma postura de subordinados dentro da organização, não concretizando a autogestão.

Apesar disso, verifica-se que essas experiências têm se alastrado por várias partes do mundo e do Brasil, mostrando sua força, podendo ser notada a conformação, por meio dos laços sociais aí presentes, de redes, o que intensifica a manifestação do capital social e da confiança. Verifica-se também nestes espaços a manifestação de circuitos de dádivas entre os indivíduos, devido, sobretudo, aos laços sociais materializados. É neste sentido que se enfatiza não só a possibilidade de outro caminho como também de outra maneira de caminhar dos atores que se encontram envolvidos no universo da economia solidária.

Referências

ARISTÓTELES. *A Política*. 3. ed. Brasília: UNB, 1997.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos - Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, 1998. p. 5-38.

CAILLÉ, A. Dádiva e associação. In: Paulo H. Martins (Org.). *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 99-136.

CAMPOS, A. P. T. *Conquista de terras em conjunto: redes sociais e confiança - a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG*. 121 f. Dissertação (Mestrado – Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 343 f. Tese (Doutorado – Instituto de Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FERNANDES, R. A. U. *Economia solidária, velhas idéias, novos sentidos: o caso da associação mãos mineiras – MG*. 192 f. Dissertação (Mestrado – Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

FERREIRA, P. R; AMODEO, N. B. P; SOUSA, D. N. Os públicos atendidos e os conteúdos da educação cooperativista nas cooperativas agrárias. *Revista Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 1, p. 67-90, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *Organizações & Sociedades*, v. 6, n. 14, p. 141-183, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 1, 1985, p. 69-102.

LISBOA, A. M. *A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado*. Florianópolis: UFSC, 2000.

MANCINI, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999.

MARTELETO, R. M; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e a razão de trocas nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, p. 163-184.

MOTTA, E. de S. G. *A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a economia solidária*. 110 f. Dissertação (Mestrado – Museu Nacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIENNEY, C. *L'économie sociale*. Paris: La Découverte, 1994.